



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, agosto/2011



**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Barbosa

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

**EQUIPE**

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 7 (jul. 2011). – Brasília: STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

---



**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em julho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 11,2 bilhões, contra superávit de R\$ 10,6 bilhões, em junho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 13,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 67,2 milhões, respectivamente.

*Em julho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 11,2 bilhões, contra superávit de R\$ 10,6 bilhões, em junho.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	JUN	JUL	JAN - JUL	
	2011	2011	2010	2011
R\$ Milhões				
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>83.665,4</b>	<b>90.139,1</b>	<b>467.668,6</b>	<b>570.150,7</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>63.849,2</b>	<b>70.167,9</b>	<b>354.874,6</b>	<b>438.857,6</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	66.282,8	72.683,8	361.638,8	445.705,6
I.1.1.1. Impostos	29.748,9	32.464,5	165.714,6	208.928,6
I.1.1.2. Contribuições	22.377,0	30.757,5	138.255,8	168.591,2
I.1.1.3. Demais	14.156,9	9.461,8	57.668,4	68.185,8
d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.433,6	-2.489,6	-6.665,5	-6.699,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-26,4	-98,6	-148,3
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>19.612,1</b>	<b>19.756,1</b>	<b>111.502,8</b>	<b>129.867,8</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	19.147,1	19.314,0	108.848,0	126.884,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	465,0	442,1	2.654,7	2.983,4
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>204,1</b>	<b>215,1</b>	<b>1.291,2</b>	<b>1.425,3</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>13.984,7</b>	<b>12.340,1</b>	<b>77.721,8</b>	<b>98.884,1</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>69.680,7</b>	<b>77.799,0</b>	<b>389.946,8</b>	<b>471.266,6</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>59.093,4</b>	<b>66.614,1</b>	<b>364.271,0</b>	<b>404.341,7</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>37.261,3</b>	<b>44.490,8</b>	<b>225.984,3</b>	<b>250.996,9</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.768,9	17.350,5	93.978,7	104.388,1
IV.1.2. Custeio e Capital	23.327,1	26.954,8	131.326,9	145.387,2
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.036,8	7.577,0	16.338,7	19.607,4
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.470,4	1.365,2	5.418,2	6.968,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.080,2	2.092,2	12.803,6	14.365,7
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	17.739,7	15.920,4	96.766,4	104.445,6
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	13.674,2	12.325,4	71.622,0	79.913,4
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	4.065,5	3.595,1	25.144,5	24.532,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	165,3	185,5	678,7	1.221,6
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>21.515,9</b>	<b>21.840,9</b>	<b>136.663,9</b>	<b>151.478,7</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	16.786,5	17.091,3	106.443,0	118.315,1
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.729,4	4.749,6	30.221,0	33.163,6
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>316,2</b>	<b>282,3</b>	<b>1.622,8</b>	<b>1.866,1</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>10.587,3</b>	<b>11.184,9</b>	<b>25.675,8</b>	<b>66.924,9</b>
VI.1. Tesouro Nacional	12.603,2	13.336,9	51.168,6	88.976,6
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-1.903,8	-2.084,8	-25.161,2	-21.610,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	2.360,7	2.222,7	2.405,0	8.569,3
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.264,5	-4.307,5	-27.566,2	-30.180,2
VI.3. Banco Central (6)	-112,0	-67,2	-331,6	-440,8
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>1,25%</b>	<b>2,91%</b>

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN - JUL %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
<b>Receitas</b>	<b>16,4%</b>	<b>21,9%</b>
Tesouro	16,6%	23,7%
Previdência	15,8%	16,5%
<b>Transferências</b>	<b>7,3%</b>	<b>27,2%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>18,4%</b>	<b>20,9%</b>
<b>Despesas</b>	<b>17,8%</b>	<b>11,0%</b>
Benefícios	13,3%	10,8%
Pessoal	8,6%	11,1%
Custeio e Capital	31,4%	10,7%
FAT	4,9%	20,0%
Subsídios	639,3%	28,6%
LOAS/RMV	18,2%	12,2%
Outras	32,9%	7,9%
Custeio	23,9%	11,6%
Custeio sem MCMV	23,9%	7,1%
Capital	67,5%	-2,4%
<b>PIB</b>	<b>16,3%</b>	<b>12,1%</b>

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve aumento de R\$ 6,4 bilhões (9,7%), passando de R\$ 66,3 bilhões, em junho, para R\$ 72,7 bilhões, em julho. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) aumento



de R\$ 8,3 bilhões na CSLL em virtude do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desse tributo, referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, bem como do recolhimento de débito em atraso, no valor de R\$ 5,8 bilhões, resultado do encerramento de questionamento na esfera judicial; ii) do crescimento de R\$ 5,7 bilhões na arrecadação do IRPJ, em função da maior lucratividade das empresas no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011 e do acréscimo, a título de reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 2,0 bilhões; iii) aumento de R\$ 3,5 bilhões na rubrica “Cota-parte de compensações financeiras” decorrente do pagamento trimestral, no mês de julho, do recolhimento da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural; iv) diminuição de R\$ 7,7 bilhões na rubrica “Outras”, em função de recolhimento do montante de R\$ 6,8 bilhões relativo ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009, em junho de 2011, sem correspondente equivalente em julho, e de reclassificação, por estimativa, de R\$ 2,0 bilhões para o IRPJ e de R\$ 436 milhões para o IPI; e v) diminuição de R\$ 4,1 bilhões no IRRF – Rendimentos de Capital, em função do recolhimento semestral desse tributo no mês de junho/2011, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004. Por sua vez, verificou-se, no mês, a manutenção do patamar de R\$ 2,5 bilhões na restituições do imposto de renda, referentes ao pagamento do 2º lote da restituição do Imposto de Renda 2011 (ano calendário 2010), além das restituições referentes aos lotes residuais de 2008 a 2010.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/11	JUL/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	11.128,2	9.512,1
CIDE-Combustíveis	-	565,1
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	2.694,0	2.100,4
<b>Total</b>	<b>13.984,7</b>	<b>12.340,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 12,3 bilhões em julho, contra R\$ 14,0 bilhões no mês anterior, registrando decréscimo de 11,8%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 9,5 bilhões, com redução de 14,5% frente a junho, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de junho, que repercutiu nas transferências de julho. As demais transferências diminuíram R\$ 593,7 milhões, impactadas pelo decréscimo de R\$ 534,9 milhões nos repasses do Fundeb, conforme cronograma de desembolso estipulado na Portaria Interministerial nº 1.459/2010.

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 7,2 bilhões (19,4%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a junho.

Os gastos com pessoal e encargos sociais aumentaram em R\$ 3,6 bilhões frente ao mês anterior refletindo, especialmente, o efeito sazonal decorrente do pagamento da primeira parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal.

Da mesma forma, os gastos com custeio e capital também apresentaram aumento de R\$ 3,6 bilhões, atingindo R\$ 27,0 bilhões, em julho. As despesas do FAT referentes a abono e seguro desemprego foram os principais fatores que contribuíram para esse aumento (crescimento de R\$ 5,5 bilhões), sendo contrapostas pela redução do pagamento de sentenças judiciais de custeio e capital em R\$ 1,4 bilhão e decréscimo de R\$ 717,9 milhões das despesas discricionárias comparativamente ao

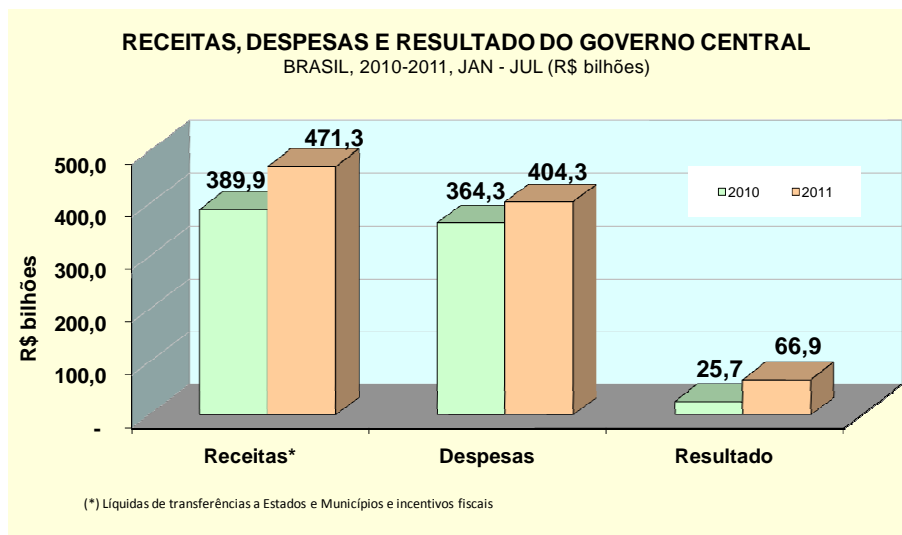


mês anterior. No caso das despesas do FAT, houve desembolso no mês de R\$ 4,7 bilhões de abono salarial contra R\$ 90,0 milhões no mês anterior, enquanto que as despesas com o seguro desemprego aumentaram R\$ 923,2 milhões no mês. Os gastos do abono salarial observam o calendário referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução CODEFAT nº 645, de 27 de maio de 2010, cujos pagamentos do último mês do calendário, junho/2011, refletem nas despesas do mês de julho.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,1 bilhões, contra déficit de R\$ 1,9 bilhão apurado em junho. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 144,0 milhões. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 325,0 milhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 2,2 bilhões no mês, contra R\$ 2,4 bilhões, em junho. A parcela rural manteve, em julho, déficit de R\$ 4,3 bilhões registrado no mês anterior.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 66,9 bilhões frente a um superávit de R\$ 25,7 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 41,2 bilhões ou 160,7%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 37,8 bilhões (73,9%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 3,6 bilhões (14,1%) no déficit da Previdência Social.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	467.668,6	570.150,7
Transferências	77.721,8	98.884,1
Receita Líquida	389.946,8	471.266,6
Despesa Total	364.271,0	404.341,7
<b>Resultado Primário</b>	<b>25.675,8</b>	<b>66.924,9</b>



*No acumulado de janeiro a julho, o superávit foi de R\$ 66,9 bilhões, superior em R\$ 41,2 bilhões ao apurado no mesmo período de 2010.*

A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a julho de 2011, apresentou crescimento de R\$ 84,1 bilhões (23,2%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 14,5 bilhões, 27,7%) e da CSLL (R\$ 11,4 bilhões, 41,4%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	2,49%	3,87%
Previdência Social	-1,23%	-0,94%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>1,25%</b>	<b>2,91%</b>



pagamento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função de reclassificação por estimativa ocorrida em 2011, no valor de R\$ 3,1 bilhões; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 12,6 bilhões, 16,4%) e PIS/Pasep (R\$ 3,7 bilhões, 18,1%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 13,9 bilhões, 24,8%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 6,6 bilhões, 19,5%), Rendimentos do Capital (R\$ 5,0 bilhões, 38,9%) e Remessas ao Exterior (R\$ 1,8 bilhão, 29,2%); iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 5,2 bilhões, 24,6%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária; e v) aumento no conjunto das Demais Receitas (R\$ 10,5 bilhões, 18,2%) decorrente, principalmente, do crescimento nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 3,4 bilhões 20,9%), nas cota-partes de compensações (R\$ 2,3 bilhões 13,7%) e nas receitas de dividendos (R\$ 1,8 bilhão, 18,4%).

No período de janeiro a julho de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 21,2 bilhões (27,2%). A referida evolução decorreu: i) do crescimento de R\$ 17,8 bilhões (30,6%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 3,2 bilhões (105,6%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Até julho de 2011, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 25,0 bilhões (11,0%) frente ao mesmo período de 2010. Tal evolução decorreu, principalmente, dos aumentos: i) de R\$ 10,4 bilhões (11,1%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,04 p.p); ii) de R\$ 4,9 bilhões (6,6%) nas despesas discricionárias; iii) de R\$ 4,2 bilhões (39,8%) nas despesas do PAC; e iv) de R\$ 1,6 bilhão nas despesas com LOAS/RMV (12,2%).

*Houve elevação de R\$ 21,2 bilhões (27,2%) nas transferências a Estados e Municípios de janeiro e julho de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.*

*As despesas do PAC cresceram R\$ 4,2 bilhões (39,8%) em 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.*



Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 3,6 bilhões (14,1%) quando comparado o período de janeiro a julho de 2010, alcançando R\$ 21,6 bilhões, frente aos R\$ 25,2 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 18,4 bilhões (16,5%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 14,8 bilhões (10,8%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 8,6 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 30,2 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 72,7 bilhões em julho, contra R\$ 66,3 bilhões verificados em junho de 2011 (aumento de 9,7%). Este comportamento é explicado pelos acréscimos de R\$ 2,7 bilhões nos impostos e de R\$ 8,4 bilhões em contribuições, e decréscimo de R\$ 4,7 bilhões em demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 32,5 bilhões e as de contribuições R\$ 30,8 bilhões, apresentando em seu conjunto crescimento de R\$ 11,1 bilhões (21,3%) em relação aos valores apurados em junho. Esse resultado reflete, sobretudo os seguintes fatores: i) aumentos de R\$ 5,7 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 8,3 bilhões na CSLL, devido a pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, bem como recolhimento de débito em atraso da CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial, além do acréscimo de R\$ 2,0 bilhões no IRPJ a título de reclassificação por estimativa; e ii) decréscimo de R\$ 4,1 bilhões no IRRF - Rendimentos do Capital, em função do recolhimento semestral desse imposto, em junho de 2011, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de R\$ 4,7 bilhões (33,2%), tendo sido influenciadas pelas seguintes variações: i) aumento de R\$ 3,5 bilhões na rubrica “Cota-parte de compensações financeiras” decorrente do pagamento trimestral, no mês de julho, do recolhimento da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural; ii) diminuição de R\$ 7,7 bilhões na rubrica “Outras”, em função de recolhimento do montante de R\$ 6,8 bilhões relativo ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009, em junho de 2011. Destaca-se que o valor de julho é impactado negativamente pela reclassificação, por estimativa, de R\$ 2,0 bilhões para o IRPJ e de R\$ 436 milhões para o IPI.

*O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 3,6 bilhões (14,1%) relativamente aos primeiros sete meses de 2010, atingindo o equivalente a 0,94% do PIB, de janeiro a julho de 2011, frente um déficit equivalente a 1,23% do PIB em igual período de 2010.*

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 9,7% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	JUN/11	JUL/11
<b>Impostos</b>	<b>29.748,9</b>	<b>32.464,5</b>
Imposto de Renda	21.107,9	23.311,3
IPI	3.755,0	4.115,0
Outros	4.886,0	5.038,2
<b>Contribuições</b>	<b>22.377,0</b>	<b>30.757,5</b>
Cofins	13.192,2	13.398,6
CPMF	4,8	11,2
CSLL	3.370,4	11.660,3
Cide - Combustíveis	746,7	774,6
Outras	5.063,0	4.912,8
<b>Demais</b>	<b>14.156,9</b>	<b>9.461,8</b>
Cota parte	1.475,5	5.001,9
Diretamente Arrecada	2.244,6	2.775,7
Dividendos da União	2.302,8	1.511,6
Concessões	346,4	55,7
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	7.787,6	116,9
<b>Total Bruto</b>	<b>66.282,8</b>	<b>72.683,8</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

*Nos primeiros sete meses de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, além do efeito decorrente de recolhimento de débito em atraso por questão judicial e as alterações na legislação.*

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,37% nos sete primeiros meses de 2011, dos quais 9,08% correspondem à arrecadação de impostos, 7,33% à de contribuições e 2,96% às demais receitas.

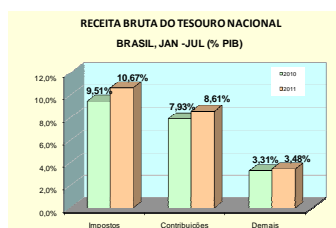
Na comparação com os sete primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 84,1 bilhões (23,2%), passando de R\$ 361,6 bilhões para R\$ 445,7 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial; ao recolhimento de débito em atraso referente à CSLL, em razão de encerramento de questão judicial, bem como à alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril de 2010 e da consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 14,5 bilhões (27,7%) no IRPJ e de R\$ 11,4 bilhões (41,4%) na CSLL, explicado por: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, em relação aos mesmos períodos de 2009 e 2010; ii) pagamento de débito em atraso da CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões; e iii) crescimento no IRPJ, em função de reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 3,1 bilhões, aplicados sobre depósitos da Lei 11.941/2009.
- crescimento de R\$ 13,9 bilhões (24,8%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 6,6 bilhões (19,5%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,8% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a junho de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 5,0 bilhões (38,9%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a julho de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 42,9% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 37,8% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 1,8 bilhão (29,2%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- incremento de R\$ 12,6 bilhões (16,4%) na Cofins e de R\$ 3,7 bilhões (18,1%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 13,1% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a junho de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; e ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e recolhimentos do comércio em geral.

DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2010	2011
<b>Impostos</b>	<b>8,07%</b>	<b>9,08%</b>
Imposto de Renda	5,80%	6,55%
IPI	1,03%	1,14%
Outros	1,25%	1,39%
<b>Contribuições</b>	<b>6,74%</b>	<b>7,33%</b>
Cofins	3,75%	3,89%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,35%	1,70%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,23%
Outras	1,43%	1,51%
<b>Demais</b>	<b>2,81%</b>	<b>2,96%</b>
Cota parte	0,81%	0,82%
Diretamente Arrecadada	0,80%	0,86%
Dividendos da União	0,49%	0,51%
Concessões	0,02%	0,08%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	0,00%
Outras	0,69%	0,69%
<b>Total Bruto</b>	<b>17,62%</b>	<b>19,37%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.





- d) incremento de R\$ 5,2 bilhões (24,6%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 28,1% no valor em dólar das importações tributadas e de 4,1% na alíquota média efetiva do imposto; bem como da redução de 9,5% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista, entre outros; além do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como da reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, de R\$ 111 milhões e de R\$ 436 milhões, respectivamente, nos meses de janeiro, abril e julho de 2011, aplicados sobre depósitos da Lei 11.941/2009.
- e) crescimento de R\$ 3,3 bilhões na arrecadação de IOF, devido a alterações nas alíquotas desse imposto nas operações de crédito da pessoa física e de câmbio, bem como crescimento no volume de operações de crédito.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 10,5 bilhões (18,2%), em relação aos sete primeiros meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 3,4 bilhões (20,9%) nas receitas diretamente arrecadadas; ii) aumento de R\$ 2,3 bilhões (13,7%) em cota-parte de compensações; iii) aumento de R\$ 1,8 bilhão (18,4%) em dividendos; iv) incremento de R\$ 1,3 bilhão (251,0%) em concessões, em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente o montante de R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B); e v) crescimento de R\$ 1,1 bilhão (13,0%) em outras receitas, dentre outros, explicado pela consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009, assim como pela reclassificação, em janeiro, março e julho de 2011, de R\$ 3,8 bilhões para o IRPJ e o IPI e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009.

Em julho de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 12,3 bilhões, contra R\$ 14,0 bilhões no mês anterior, apresentando redução de R\$ 1,6 bilhão (11,8%). Esse comportamento resulta de: i) decréscimo de R\$ 1,6 bilhão nas transferências constitucionais, como consequência da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), com reflexo nas transferências de julho; ii) redução de R\$ 534,9 milhões nas transferências de Fundeb; e iii) aumento de

**Transferências a  
Estados e  
Municípios**



TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/11	JUL/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	11.128,2	9.512,1
CIDE-Combustíveis	-	565,1
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	2.694,0	2.100,4
<b>Total</b>	<b>13.984,7</b>	<b>12.340,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

*Houve elevação de 27,2% nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros sete meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.*

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jun	Jul
Terceiro Decêndio	12.403,9	9.603,6
Primeiro Decêndio	6.114,4	2.368,7
Segundo Decêndio	5.987,5	8.874,2
<b>Total</b>	<b>24.505,8</b>	<b>20.846,5</b>

<sup>1</sup> Inclui valores transferidos relativos a classificação de IR e IPI por estimativa.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	58.005,7	75.770,0
CIDE - Combustíveis	1.296,5	1.520,1
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	1.137,5	1.137,5
Demais	17.282,1	20.456,5
<b>Total</b>	<b>77.721,8</b>	<b>98.884,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

*Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior*

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/11	JUL/11
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>13.768,9</b>	<b>17.350,5</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>23.327,1</b>	<b>26.954,8</b>
Despesas do FAT	2.036,8	7.577,0
Subsídios e Subvenções	1.470,4	1.365,2
LOAS/RMV	2.080,2	2.092,2
Capitalização da Petrobras	-	-
Outras	17.739,7	15.920,4
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>165,3</b>	<b>185,5</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

R\$ 565,1 milhões nas transferências da CIDE, devido à transferência trimestral, que ocorre nos meses subsequentes ao encerramento de cada trimestre.

Nos primeiros sete meses de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 21,2 bilhões (27,2%), elevando-se de R\$ 77,7 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2010, para R\$ 98,9 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 17,8 bilhões (30,6%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 3,2 bilhões (105,6%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 44,5 bilhões, contra R\$ 37,3 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de R\$ 7,2 bilhões (19,4%). Essa evolução decorreu principalmente do aumento de R\$ 3,6 bilhões (15,6%) registrado nas despesas de Custeio e Capital e do aumento de R\$ 3,6 bilhões (26,0%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais atingiram R\$ 17,3 bilhões em julho, frente a R\$ 13,8 bilhões registrados em junho, reflexo do pagamento da primeira parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal. O pagamento de sentenças judiciais e precatórios, que em junho perfizer R\$ 276,1 milhões, em julho totalizou R\$ 302,0 milhões (aumento de R\$ 25,9 milhões).

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 27,0 bilhões em julho contra R\$ 23,3 bilhões em junho (incremento de R\$ 3,6 bilhões). As principais variações nesse grupo foram registradas: i) nas despesas do FAT (crescimento de R\$ 5,5 bilhões); ii) nas outras despesas de custeio e capital (diminuição de R\$ 1,8 bilhões); e iii) no gasto com subsídios e subvenções econômicas (diminuição de R\$ 105,2



milhões). As despesas com LOAS/RMV aumentaram R\$ 12,0 milhões em relação ao mês anterior.

As despesas do FAT totalizaram R\$ 7,6 bilhões em julho contra R\$ 2,0 bilhões em junho, elevação de R\$ 5,5 bilhões. Houve desembolso no mês de R\$ 4,7 bilhões de abono salarial contra R\$ 90,0 milhões no mês anterior, enquanto que as despesas com o seguro desemprego aumentaram R\$ 923,2 milhões. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução CODEFAT nº 645, de 27 de maio de 2010, cujos pagamentos do último mês do calendário, junho/2011, têm efeito financeiro em julho.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o decréscimo de R\$ 1,8 bilhão foi influenciado pela diminuição das despesas com sentenças judiciais em R\$ 1,4 bilhão e das despesas discricionárias em R\$ 717,9 milhões. Por outro lado, destaca-se o crescimento nos desembolsos com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (R\$ 278,4 milhões). No caso das despesas discricionárias, a variação ocorrida reflete a crescimento das despesas dos Ministérios da Educação (R\$ 573,9 bilhões), dos Transportes (R\$ 53,4 milhões), das Cidades (R\$ 51,0 milhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 24,3 milhões) e a diminuição das despesas dos Ministérios da Saúde (R\$ 475,9 milhões), da Justiça (R\$ 34,1 milhões), do Desenvolvimento Agrário (R\$ 26,2 milhões), e da Previdência (R\$ 22,0 milhões).

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,91% do PIB, contra 11,01% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 25,0 bilhões (11,1%) em relação a 2010, decorrente dos incrementos de R\$ 10,4 bilhões (11,1%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e de R\$ 14,0 bilhões (10,7%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 6,40% para 6,32% do PIB (decréscimo de 0,08 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 0,18 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; ii) aumento em 0,04 p.p. nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iii) crescimento de 0,06 p.p. nas despesas do FAT. As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no mesmo patamar quando expressas em proporção do PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,04 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,58% em 2010, para 4,54% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 10,4 bilhões. As despesas aumentaram 9,3% no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e 11,5% no Poder Executivo. Destaca-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 4,8 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 3,9 bilhões no mesmo período de 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup> OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>2</sup>	JUN/11	JUL/11
<b>Agricultura</b>	<b>650,7</b>	<b>979,5</b>
Custeio Agropecuário	93,1	45,0
Investimento Rural	-12,4	22,7
Preços Agrícolas	109,3	244,8
- EGF	11,7	1,9
- AGF	57,6	84,9
- Sustent. de preços	40,0	158,0
Pronaf	314,1	564,9
Pesa	126,4	64,8
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	19,4	36,8
FUNCAFÉ	0,8	0,6
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>436,5</b>	<b>21,9</b>
PSI	429,0	0,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2,1	-3,4
Exportação (Proex)	9,7	25,3
<b>Total</b>	<b>1.087,2</b>	<b>1.001,3</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/11	JUL/11
Precatórios e Sentenças	1.416,5	44,8
Legislativo	111,3	103,8
Judiciário	484,9	465,4
Crédito Extraordinário	351,5	371,4
PAC	2.394,0	2.672,4
Outras	137,9	136,8
Discricionárias	12.843,6	12.125,7
d/q Min. da Saúde	5.216,7	4.740,8
Min. do Des. Social	1.587,4	1.611,7
Min. da Educação	1.655,0	2.228,9
Min. da Defesa	1.118,0	1.110,4
Min. da Ciência e Tec.	425,9	430,6
Min. do Des. Agrário	246,2	220,0
Min. da Justiça	256,8	222,7
Min. da Previdência	215,4	193,4
Min. dos Transportes	72,9	126,3
Min. das Cidades	48,7	99,7
Demais	2.000,6	1.141,2
<b>Total</b>	<b>17.739,7</b>	<b>15.920,4</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.053/2009.

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional diminuíram 0,10 p.p. do PIB nos primeiros sete meses de 2011 frente ao mesmo período de 2010.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>11,01%</b>	<b>10,91%</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,58%</b>	<b>4,54%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>6,40%</b>	<b>6,32%</b>
Despesas do FAT	0,80%	0,85%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,26%	0,30%
LOAS/RMV	0,62%	0,62%
Capitalização da Petrobras	0,00%	0,00%
Outras	4,71%	4,54%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,05%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.



*Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,04 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011, relativamente ao mesmo período de 2010.*

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup>		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Agricultura</b>	<b>3.421,4</b>	<b>3.593,6</b>
Custeio Agropecuário	30,8	488,2
Investimento Rural	11,7	39,8
Preços Agrícolas	2.196,9	144,5
- EGF	88,0	42,0
- AGF	1.241,3	-503,6
- Sustent. de preços	867,6	606,0
Pronaf	243,5	2.152,9
Pesa	294,0	532,1
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	574,7	165,8
FUNCAFE	69,7	44,6
Revitaliza	0,0	25,7
<b>Outros</b>	<b>-172,3</b>	<b>584,4</b>
PSI	0,0	429,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-10,2	-12,4
Exportação (Proex)	-162,1	167,8
<b>Total</b>	<b>3.249,1</b>	<b>4.178,0</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

*Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC aumentaram R\$ 4,2 bilhões (incremento de 39,8%) em relação ao exercício de 2010.*

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.164,9	2.391,6
Legislativo	663,2	725,3
Judiciário	2.933,4	3.201,8
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	4.825,1	3.393,9
PAC <sup>2</sup>	10.633,2	14.868,7
Outras <sup>3</sup>	1.424,3	849,5
Discrecionárias	74.122,4	79.014,8
d/q Min. da Saúde	30.098,1	32.382,0
Min. do Des. Social	9.906,0	10.961,2
Min. da Educação	10.572,6	12.040,0
Min. da Defesa	6.768,0	7.101,5
Min. da Ciência e Tec.	2.436,0	2.361,3
Min. do Des. Agrário	1.506,5	963,5
Min. da Justiça	1.787,2	1.537,4
Min. da Previdência	1.144,8	1.128,0
Min. dos Transportes	644,7	593,9
Min. das Cidades	772,6	475,0
Demais	8.485,9	9.451,1
<b>Total</b>	<b>96.766,4</b>	<b>104.445,6</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.053/2009.

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 6,9 bilhões em 2011, contra R\$ 5,4 bilhões no mesmo período de 2010. O crescimento de R\$ 1,5 bilhão no período decorreu, principalmente, do crescimento do programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 1,9 bilhão), das transferências aos Fundos Regionais (R\$ 1,1 bilhão) e do Programa de Sustentação de Investimentos – PSI (R\$ 429,0 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 1,7 bilhão), com o Reordenamento de Passivos (R\$ 496,9 milhões), com o programa de Fundo da Terra/Incra (R\$ 408,9 milhões), e com programa de Sustentação de Preços (R\$ 261,6 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,6 bilhão (12,2%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes de 5,9% e 0,9% do salário mínimo nos meses de janeiro e março de 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 7,0% no período de janeiro a julho de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2011					
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522
jul/01	1.252.569	-	425.151	-	827.418
jul/02	1.395.228	11%	501.538	18%	893.690
jul/03	1.598.107	15%	607.888	21%	990.220
jul/04	1.804.754	13%	752.074	24%	1.052.680
jul/05	2.121.352	18%	971.478	29%	1.149.874
jul/06	2.348.698	11%	1.107.475	14%	1.241.223
jul/07	2.530.315	8%	1.214.966	10%	1.315.349
jul/08	2.756.897	9%	1.332.094	10%	1.424.804
jul/09	3.008.563	9%	1.463.163	10%	1.545.400
jul/10	3.241.331	8%	1.566.142	7%	1.675.189
jul/11	3.464.731	7%	1.644.664	5%	1.820.067

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 7,7 bilhões (7,9%) entre janeiro e julho de 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se os gastos discrecionários, com aumento de R\$ 4,9 bilhões (6,6%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 4,2 bilhões (39,8%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R\$ 1,4 bilhão, 29,7%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 818,4 milhões). Responderam pelo crescimento dos gastos discrecionários principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 2,3 bilhões), da Educação

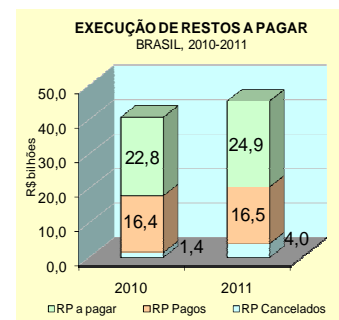


(R\$ 1,5 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 1,1 bilhão), e da Defesa (R\$ 333,5 milhões). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R\$ 24,5 bilhões, o que representou uma redução de R\$ 612,3 milhões (2,4%) em relação ao ano de 2010.

Quanto aos gastos discricionários, destacaram-se os crescimentos dos dispêndios dos seguintes projetos/atividades em relação ao ano de 2010: Transferência de renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (R\$ 1,3 bilhão), Atenção à saúde da população para procedimentos de alta e média complexidade (R\$ 1,0 bilhão) e Piso de atenção básica variável – Saúde da Família (R\$ 360,7 milhões).

O montante de restos a pagar (RP) pagos até julho de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 16,4 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,4 bilhões), da Saúde (R\$ 3,1 bilhões), da Defesa (R\$ 2,7 bilhões), e da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,0 bilhão)

Em julho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,1 bilhões, contra um déficit de R\$ 1,9 bilhão em junho. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R\$ 3,6 bilhões, passando de R\$ 25,2 bilhões de janeiro a julho de 2010, para R\$ 21,6 bilhões no mesmo período de 2011.



## Previdência Social

*Em julho, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,1 bilhões, contra déficit de R\$ 1,9 bilhão em junho. No período janeiro a julho de 2011, o déficit do RGPS situou-se em 0,94% do PIB, frente um déficit equivalente a 1,23% do PIB registrado em igual período de 2010.*

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUN	JUL	JAN - JUL	
	2011	2011	2010	2011
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>19.612,1</b>	<b>19.756,1</b>	<b>111.502,8</b>	<b>129.867,8</b>
Arrecadação Bruta	21.672,7	21.800,8	124.418,1	145.241,5
- Contribuição Previdenciária	19.158,6	19.434,8	112.442,4	130.694,3
- Simples	2.281,6	2.199,4	10.369,7	13.161,0
- CFT	49,3	34,8	336,8	247,3
- Depósitos Judiciais	171,9	121,5	1.195,1	1.067,7
- Refis	11,3	10,3	74,1	71,2
(-) Restituição/Devolução	-52,5	-41,4	-337,2	-412,3
(-) Transferências a Terceiros	-2.008,1	-2.003,4	-12.578,1	-14.961,4
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>21.515,9</b>	<b>21.840,9</b>	<b>136.663,9</b>	<b>151.478,7</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-1.903,8</b>	<b>-2.084,8</b>	<b>-25.161,2</b>	<b>-21.610,9</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,23%</b>	<b>-0,94%</b>

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - JUL (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	111.502,8	129.867,8	16,5%
Urbano	108.848,0	126.884,4	16,6%
Rural	2.654,7	2.983,4	12,4%
Benefícios	136.663,9	151.478,7	10,8%
Urbano	106.443,0	118.315,1	11,2%
Rural	30.221,0	33.163,6	9,7%
Res. Primário	-25.161,2	-21.610,9	-14,1%
Urbano	2.405,0	8.569,3	256,3%
Rural	-27.566,2	-30.180,2	9,5%



No mês, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 19,8 bilhões, apresentando aumento de R\$ 144,0 milhões (0,7%) frente aos ingressos líquidos de junho. Comparativamente aos primeiros sete meses de 2010, a arrecadação líquida em 2011 aumentou R\$ 18,4 bilhões (16,5%). Contribuiu para esse comportamento o crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e junho de 2011 foi 15,8% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em julho, totalizaram R\$ 21,8 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 325,0 milhões (1,5%) em relação a junho. Comparativamente ao acumulado no período de janeiro a julho de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 14,8 bilhões (10,8%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 45,38 (6,3%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 923,0 mil (3,9%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 537,2 mil aposentadorias (3,5%), 169,8 mil pensões por morte (2,6%) e 199,9 mil benefícios de auxílio-doença (16,6%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,7	24,6	3,9%
Valor médio RGPS**	716,3	761,7	6,3%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,43%	5,64%
Urbano	5,30%	5,51%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,66%	6,58%
Urbano	5,19%	5,14%
Rural	1,47%	1,44%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,23%</b>	<b>-0,94%</b>
Urbano	0,12%	0,37%
Rural	-1,34%	-1,31%

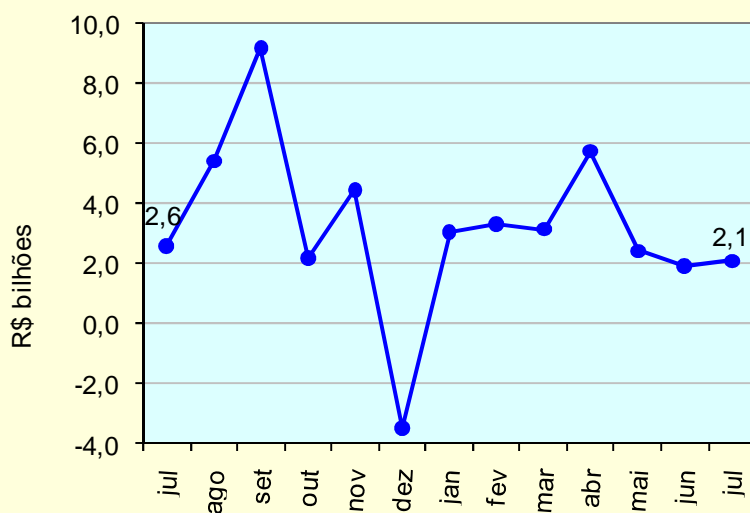
**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

	Em mil benefícios			
	JUN 2011	JUL 2011	JAN - JUL 2010	JAN - JUL 2011
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>24.799</b>	<b>24.835</b>	<b>23.704</b>	<b>24.627</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>23.968</b>	<b>24.005</b>	<b>22.914</b>	<b>23.801</b>
Aposentadorias	15.854	15.895	15.230	15.760
Idade	8.297	8.320	7.947	8.245
Invalidez	2.979	2.984	2.919	2.971
Tempo de contribuição	4.578	4.591	4.364	4.544
Pensão por morte	6.707	6.719	6.508	6.679
Auxílio-Doença	1.257	1.245	1.051	1.224
Salário - maternidade	86	82	71	75
Outros	64	64	54	62
<b>Acidentários</b>	<b>831</b>	<b>830</b>	<b>790</b>	<b>826</b>
Aposentadorias	170	171	162	169
Pensão por morte	125	124	126	125
Auxílio - doença	182	180	152	179
Auxílio - acidente	284	285	277	283
Auxílio - suplementar	71	70	74	71

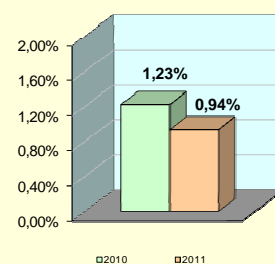


Como proporção do PIB, em relação aos primeiros sete meses de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,21 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,07 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,23% para 0,94% do PIB, ou seja, 0,29 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

### DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, 2010/2011

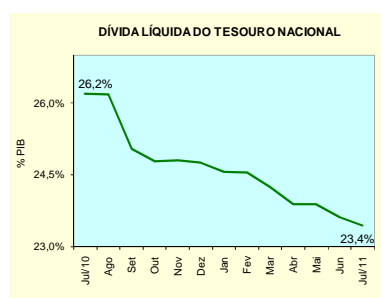


### DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, JAN - JUL (% do PIB)





*Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 919,7 bilhões, o equivalente a 23,4% do PIB, reduzindo-se em 2,7 p.p do PIB em relação a julho de 2010.*



## **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 919,7 bilhões em julho, o equivalente a 23,4% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 1,2 bilhão, em termos nominais, consequência do aumento de R\$ 2,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado pela diminuição de R\$ 1,4 bilhão na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve redução de 0,2 p.p no mês.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 JUL	2011 JUN	2011 JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>817.622</b>	<b>842.874</b>	<b>845.431</b>
I.1. Dívida Interna	2.176.221	2.424.801	2.343.667
I.2. Haveres Internos	1.358.599	1.581.927	1.498.235
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>91.915</b>	<b>75.678</b>	<b>74.275</b>
II.1. Dívida Externa	92.257	75.973	74.639
II.2. Haveres Externos	342	295	364
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>909.537</b>	<b>918.551</b>	<b>919.706</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>26,2%</b>	<b>23,6%</b>	<b>23,4%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,7 p.p, passando de 26,2% em julho de 2010 para 23,4% em julho de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 10,2 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 27,8 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 17,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

## **Dívida Interna Líquida**

*A Dívida Interna Líquida diminuiu 2,0 p.p. do PIB em comparação a julho de 2010.*

No mês de julho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 845,4 bilhões, o equivalente a 21,5% do PIB. A variação de R\$ 2,6 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela redução de R\$ 83,7 bilhões nos haveres internos e de R\$ 81,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 2,0 p.p., passando de 23,5% para 21,5%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 817,6 bilhões, em julho de 2010, para R\$ 845,4 bilhões, em julho de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 167,4 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 139,6 bilhões nos haveres internos.



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 JUL	2011 JUN	2011 JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.176.221</b>	<b>2.424.801</b>	<b>2.343.667</b>
I.1. Dívida Mobiliária	2.160.875	2.412.599	2.331.729
DPMFi em Poder do Público <sup>\1</sup>	1.509.118	1.729.461	1.659.807
DPMFi em Poder do Banco Central	677.227	713.646	701.173
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>\2</sup>	(25.470)	(30.508)	(29.250)
I.2. Demais Obrigações Internas	15.346	12.202	11.937
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.358.599</b>	<b>1.581.927</b>	<b>1.498.235</b>
II.1. Disponibilidades Internas	341.918	449.146	364.400
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	454.157	482.260	481.917
II.3. Haveres da Administração Indireta	225.711	247.983	248.453
II.4. Haveres Administrados pela STN	336.814	402.538	403.466
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>817.622</b>	<b>842.874</b>	<b>845.431</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>\3</sup></b>	<b>23,5%</b>	<b>21,7%</b>	<b>21,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui TDA e dívida securitizada.

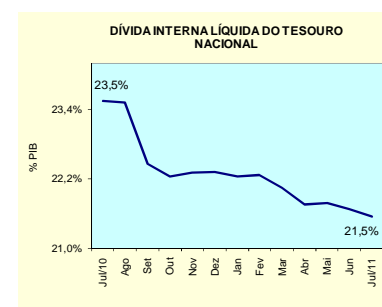
\2 Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

\3 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em julho, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, decresceu R\$ 80,9 bilhões em termos nominais, correspondendo a uma diminuição de 2,6 p.p. em proporção do PIB. Essa redução da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 20,1 bilhões e pelo resgate líquido de R\$ 102,3 bilhões ocorridos no período. Em relação a julho do ano anterior, houve aumento de R\$ 170,9 bilhões em termos nominais, representando, no entanto, redução de 2,8 p.p. em proporção do PIB, passando de 62,2% para 59,4% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve decréscimo no mês de R\$ 69,7 bilhões, associado ao resgate líquido de R\$ 83,8 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 14,1 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve redução de R\$ 12,5 bilhões, devido ao resgate líquido de R\$ 18,5 bilhões e à apropriação de juros de R\$ 6,0 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LTN e de NTN-F, com a redução de R\$ 82,2 bilhões e de R\$ 7,4 bilhões, respectivamente, e aumento de NTN-B e LFT em R\$ 14,7 bilhões e R\$ 7,6 bilhões.



DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010/2011			
Título	R\$ bilhões		
	2010 JUL	2011 JUN	2011 JUL
Em Poder do Público	1.509	1.729	1.660
LFT	517	545	553
LTN	296	416	334
NTN-B	379	412	427
NTN-C	60	62	61
NTN-F	219	260	253
Demais <sup>\1</sup>	38	34	33
Aplic. em Tít. Púb.	-25	-31	-29
Na carteira do BCB	677	714	701
<b>Total</b>	<b>2.161</b>	<b>2.413</b>	<b>2.332</b>
<b>% PIB</b>	<b>62,2%</b>	<b>62,0%</b>	<b>59,4%</b>

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.



**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, JUL/2011**

R\$ bilhões

Título	Saldo Jun/11	Fatores de Variação <sup>1</sup>			Saldo Jul/11
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	
Em poder do público	1.729,5	41,0	(124,7)	14,1	1.659,8
LFT	544,9	4,9	(2,6)	5,2	552,5
LTN	416,1	19,7	(104,9)	3,1	333,9
NTN-B	412,3	12,9	(1,3)	3,0	427,0
NTN-C	62,1	0,0	(2,0)	0,4	60,5
NTN-F	260,2	2,9	(12,8)	2,5	252,8
Demais <sup>4</sup>	33,8	0,6	(1,2)	0,0	33,0
Na carteira do BCB	713,6	32,9	(51,4)	6,0	701,2
<b>Total</b>	<b>2.443,1</b>	<b>73,8</b>	<b>(176,1)</b>	<b>20,1</b>	<b>2.361,0</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>4</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO  
INDIRETA**  
**BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

Entidade	2010		2011
	JUL	JUN	JUL
FAT	141,2	152,8	151,1
Fundos Regionais	55,2	61,9	62,5
Demais	29,3	33,2	34,9
<b>Total</b>	<b>225,7</b>	<b>248,0</b>	<b>248,5</b>

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

Discriminação	2010		2011
	JUL	JUN	JUL
Lei 9.496/97	333,2	362,3	362,3
MP 2.185/01	53,6	58,3	58,6
Lei 8.727/93	35,5	31,5	31,0
Antecipação de Royalties	10,1	9,1	9,0
Bônus Renegociados	5,8	4,7	4,6
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,0	16,4	16,3
<b>Total</b>	<b>454,2</b>	<b>482,3</b>	<b>481,9</b>
% PIB	13,1%	12,4%	12,3%

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 83,7 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a redução de R\$ 84,7 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 343,1 milhões nos haveres junto aos governos regionais. Além disso, houve aumento de R\$ 928,1 milhões nos haveres administrados pela STN e de R\$ 470,1 milhões nos haveres da administração indireta.

Nos haveres administrados pela STN, o aumento de R\$ 928,1 milhões deveu-se à elevação de R\$ 684,3 milhões no saldo dos haveres de legislação específica, de R\$ 127,4 milhões nos demais haveres administrados pela STN e de R\$ 117,1 milhões em haveres de operações estruturadas.

O aumento de R\$ 470,1 milhões nos haveres da administração indireta deve-se ao crescimento de R\$ 1,7 bilhão nos saldos dos Fundos Diversos e de R\$ 525,1 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais, parcialmente compensados pela redução de R\$ 1,7 bilhão nos haveres do FAT.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, a principal variação foi a redução observada nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 8.727/1993, no valor de R\$ 440,7 milhões. Ocorreu diminuição também nos Bônus Renegociados, de R\$ 23,2 milhões, na Cessão de Créditos ao Bacen, de R\$ 33,4 milhões, e nos Haveres Originários do Proef, de R\$ 26,4 milhões. Por outro lado, houve crescimento de R\$ 219,5 milhões nos saldos das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001.



Em julho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 74,3 bilhões, contra R\$ 75,7 bilhões, em junho. Houve redução de R\$ 1,4 bilhão em termos nominais, mantendo-se estável em relação ao PIB. Essa redução reflete o resgate líquido de R\$ 2,0 bilhões, a variação cambial no montante de R\$ 221,9 milhões, parcialmente compensados pela apropriação de juros no valor de R\$ 872,6 milhões.

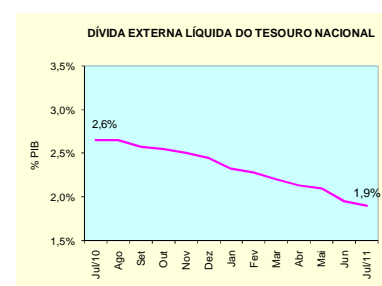
## Dívida Externa Líquida

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 JUL	2011 JUN	2011 JUL
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>92.257</b>	<b>75.973</b>	<b>74.639</b>
I.1. Dívida Mobiliária	71.695	61.867	60.603
Euro	6.843	4.044	3.966
Global US\$	54.203	45.671	45.024
Global BRL	10.454	12.029	11.490
Demais	196	123	123
I.2. Dívida Contratual	20.562	14.106	14.036
Organismos Internacionais	17.503	10.265	10.167
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.059	3.841	3.869
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>342</b>	<b>295</b>	<b>364</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	342	295	364
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>91.915</b>	<b>75.678</b>	<b>74.275</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>2,6%</b>	<b>1,9%</b>	<b>1,9%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 17,7 bilhões, passando de R\$ 91,9 bilhões, em julho de 2010, para R\$ 74,3 bilhões, em julho de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,8 p.p.

Em julho de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 74,3 bilhões, equivalentes a 1,9% do PIB, valor inferior, em 0,8 p.p. do PIB, ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, JUN/2011**

Discriminação	Estoque Jun/11	Fatores de Variação				Estoque Jul/11
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária<sup>3</sup></b>	<b>61.867</b>	<b>931</b>	<b>(2.827)</b>	<b>823</b>	<b>(190)</b>	<b>60.603</b>
Global US\$	45.671	931	(2.119)	682	(140)	45.024
Euro	4.044	0	(64)	35	(49)	3.966
Global BRL	12.029	0	(644)	106	0	11.490
Demais	123	0	0	1	(0)	123
<b>Dívida Contratual</b>	<b>14.106</b>	<b>26</b>	<b>(113)</b>	<b>49</b>	<b>(32)</b>	<b>14.036</b>
Org. Internacionais	10.265	17	(101)	20	(34)	10.167
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.841	9	(12)	29	2	3.869
<b>Total</b>	<b>75.973</b>	<b>956,5</b>	<b>(2.940,8)</b>	<b>872,6</b>	<b>(221,9)</b>	<b>74.639</b>

<sup>1</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

<sup>2</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

<sup>3</sup> A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 81,2% (R\$ 60,6 bilhões); e a dívida contratual representa 18,8% (R\$ 14,0 bilhões).



# **Anexos**

## ***a) Lista de Abreviaturas***

## ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Receitas Primárias do Governo Central

**Tabela A3** – Despesas primárias do Governo Central

**Tabela A4** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A5** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

## ***c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A6** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A8** – Haveres do Tesouro Nacional

## ***d) Outras Informações***

**Tabela A9** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Julho 2011/2010

## ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jul/2010	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>68.564,1</b>	<b>69.816,5</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>	<b>71.091,4</b>	<b>97.919,3</b>	<b>90.874,1</b>	<b>66.980,4</b>	<b>73.536,4</b>	<b>89.354,9</b>	<b>75.600,5</b>	<b>83.665,4</b>	<b>90.139,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>51.526,6</b>	<b>52.288,3</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>	<b>53.040,9</b>	<b>66.913,3</b>	<b>73.648,7</b>	<b>48.985,0</b>	<b>55.294,1</b>	<b>70.586,1</b>	<b>56.326,6</b>	<b>63.849,2</b>	<b>70.167,9</b>
I.1.1. Receita Bruta	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.683,8
- Impostos	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5
- Contribuições	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5
- Demais <sup>1</sup>	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.461,8
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>	<b>17.920,1</b>	<b>30.523,7</b>	<b>17.115,8</b>	<b>17.777,6</b>	<b>18.020,2</b>	<b>18.546,2</b>	<b>19.039,8</b>	<b>19.612,1</b>	<b>19.756,1</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano <sup>2</sup>	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural <sup>2</sup>	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>	<b>130,4</b>	<b>482,3</b>	<b>109,6</b>	<b>217,8</b>	<b>222,1</b>	<b>222,6</b>	<b>234,1</b>	<b>204,1</b>	<b>215,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>	<b>12.638,8</b>	<b>16.713,8</b>	<b>15.553,2</b>	<b>15.851,2</b>	<b>10.475,2</b>	<b>14.397,7</b>	<b>16.281,9</b>	<b>13.984,7</b>	<b>12.340,1</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>3</sup>	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1
II.4. Demais	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-III)</b>	<b>60.000,3</b>	<b>57.808,4</b>	<b>129.343,9</b>	<b>62.337,8</b>	<b>58.452,5</b>	<b>81.205,5</b>	<b>75.320,8</b>	<b>51.129,2</b>	<b>63.061,2</b>	<b>74.957,2</b>	<b>59.318,5</b>	<b>69.680,7</b>	<b>77.799,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>59.221,3</b>	<b>53.802,9</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.540,5</b>	<b>57.423,8</b>	<b>66.683,7</b>	<b>61.394,8</b>	<b>48.594,2</b>	<b>54.080,7</b>	<b>59.411,4</b>	<b>55.153,1</b>	<b>59.093,4</b>	<b>66.614,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>	<b>14.974,2</b>	<b>18.724,0</b>	<b>15.718,7</b>	<b>13.519,1</b>	<b>13.770,0</b>	<b>16.392,2</b>	<b>13.868,7</b>	<b>13.768,9</b>	<b>17.350,5</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>	<b>22.344,6</b>	<b>27.048,9</b>	<b>20.137,7</b>	<b>21.093,2</b>	<b>21.155,7</b>	<b>24.275,6</b>	<b>21.459,6</b>	<b>21.515,9</b>	<b>21.840,9</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>23.683,8</b>	<b>17.765,9</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.473,0</b>	<b>19.717,1</b>	<b>20.441,7</b>	<b>25.215,2</b>	<b>13.520,5</b>	<b>18.725,3</b>	<b>18.283,2</b>	<b>19.361,0</b>	<b>23.327,1</b>	<b>26.954,8</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0
- Abono e Seguro Desemprego	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7
- Demais Despesas do FAT	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>4</sup>	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	168,5	1.970,3	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.365,2
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	311,2	627,7	299,9	373,3	369,1	373,3	363,9	363,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>5</sup>	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	42.927,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.732,1	14.431,2	17.739,7	15.920,4
- Outras Despesas de Custeio	11.569,5	9.371,8	11.387,9	11.740,5	11.355,2	8.612,3	13.921,7	8.421,0	9.894,6	10.735,9	10.940,7	13.674,2	12.325,4
- Outras Despesas de Capital <sup>6</sup>	4.512,5	2.821,0	4.247,2	3.891,1	3.718,3	7.284,4	5.299,5	1.515,0	3.570,4	2.996,1	3.490,5	4.065,5	3.595,1
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>	<b>105,8</b>	<b>139,4</b>	<b>88,9</b>	<b>196,1</b>	<b>197,0</b>	<b>185,8</b>	<b>203,1</b>	<b>165,3</b>	<b>185,5</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>	<b>282,1</b>	<b>329,6</b>	<b>234,3</b>	<b>265,3</b>	<b>232,7</b>	<b>274,6</b>	<b>260,7</b>	<b>316,2</b>	<b>282,3</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB<sup>7</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>779,0</b>	<b>4.005,5</b>	<b>26.018,2</b>	<b>7.797,3</b>	<b>1.028,7</b>	<b>14.521,8</b>	<b>13.926,0</b>	<b>2.535,0</b>	<b>8.980,5</b>	<b>15.545,8</b>	<b>4.165,4</b>	<b>10.587,3</b>	<b>11.184,9</b>
VI.1. Tesouro Nacional	3.390,7	9.506,6	35.195,8	10.087,2	5.604,9	10.894,4	17.072,6	5.898,1	12.126,6	21.327,3	6.611,8	12.603,2	13.336,9
VI.2. Previdência Social (RGPS) <sup>8</sup>	-2.565,6	-5.415,6	-9.191,1	-2.172,6	-4.424,4	3.474,8	-3.021,9	-3.315,6	-3.135,5	-5.729,5	-2.419,8	-1.903,8	-2.084,8
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>2</sup>	1.186,3	-749,6	-4.556,8	1.692,9	193,3	8.783,1	1.046,9	942,1	1.129,2	-910,6	1.778,4	2.360,7	2.222,7
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>2</sup>	-3.751,9	-4.666,0	-4.634,3	-3.865,6	-4.617,7	-5.308,3	-4.068,8	-4.257,7	-4.264,7	-4.818,9	-4.198,2	-4.307,5	-4.307,5
VI.3. Banco Central <sup>9</sup>	-46,1	-85,5	13,6	-117,3	-151,8	152,6	-124,7	-47,5	-10,7	-52,0	-26,6	-112,0	-67,2
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>10</sup></b>	<b>146,8</b>	<b>125,2</b>	<b>141,9</b>	<b>121,1</b>	<b>164,2</b>	<b>139,7</b>	<b>140,3</b>	<b>139,1</b>	<b>104,5</b>	<b>79,6</b>	<b>211,8</b>	<b>137,8</b>	<b>20,6</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-313,0</b>	<b>-672,9</b>	<b>-566,7</b>	<b>-685,5</b>	<b>462,0</b>	<b>742,6</b>	<b>-259,3</b>	<b>-143,8</b>	<b>590,7</b>	<b>-405,3</b>	<b>74,8</b>	<b>-1.021,2</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)<sup>11</sup></b>	<b>612,8</b>	<b>3.457,9</b>	<b>25.593,5</b>	<b>7.233,0</b>	<b>1.654,9</b>	<b>15.404,2</b>	<b>13.807,0</b>	<b>2.530,3</b>	<b>9.675,7</b>	<b>15.220,1</b>	<b>4.452,1</b>	<b>9.704,0</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS<sup>11</sup></b>	<b>-13.208,7</b>	<b>-12.589,3</b>	<b>-9.393,9</b>	<b>-8.998,6</b>	<b>-11.631,0</b>	<b>-10.573,3</b>	<b>-14.830,9</b>	<b>-12.400,5</b>	<b>-13.644,9</b>	<b>-14.405,6</b>	<b>-17.409,6</b>	<b>-16.329,5</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)<sup>11</sup></b>	<b>-12.595,9</b>	<b>-9.131,4</b>	<b>16.199,6</b>	<b>-1.765,6</b>	<b>-9.976,1</b>	<b>4.830,9</b>	<b>-1.023,9</b>	<b>-9.870,2</b>	<b>-3.969,2</b>	<b>814,4</b>	<b>-12.957,5</b>	<b>-6.625,5</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4
RMV <sup>2</sup>	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>3</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>4</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>5</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>6</sup> Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Investimentos Financeiros (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

<sup>7</sup> Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

<sup>8</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>9</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>10</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>11</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil



**TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jul/2010	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>68.564,1</b>	<b>69.816,5</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>	<b>71.091,4</b>	<b>97.919,3</b>	<b>90.874,1</b>	<b>66.980,4</b>	<b>73.536,4</b>	<b>89.354,9</b>	<b>75.600,5</b>	<b>83.665,4</b>	<b>90.139,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>51.526,6</b>	<b>52.288,3</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>	<b>53.040,9</b>	<b>66.913,3</b>	<b>73.648,7</b>	<b>48.985,0</b>	<b>55.294,1</b>	<b>70.586,1</b>	<b>56.326,6</b>	<b>63.849,2</b>	<b>70.167,9</b>
I.1.1. Receita Bruta	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.683,8
I.1.1.1. Impostos	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5
IR	17.727,4	15.243,5	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6	18.468,1	25.933,8	17.450,7	21.107,9	23.311,3
IR - Pessoa Física	1.473,1	1.346,1	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.176,5	1.006,9	774,0	838,2	4.861,4	2.635,7	1.842,2	1.697,4
IR - Pessoa Jurídica	9.125,9	6.518,7	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0	8.635,0	11.160,9	6.182,8	6.673,6	12.380,8
IR - Retido na Fonte	7.128,5	7.378,8	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6	8.994,9	9.911,6	8.632,2	12.592,0	9.233,0
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.489,0	4.748,4	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2	6.407,2	5.998,6	5.362,2	5.183,1	5.225,7
IRRF - Rendimentos do Capital	1.350,7	1.336,9	1.270,9	1.853,3	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.383,8	1.258,9	2.078,5	1.732,2	5.926,1	1.843,9
IRRF - Remessas ao Exterior	770,7	761,3	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9	811,8	1.293,6	987,8	815,5	1.451,1
IRRF - Outros Rendimentos	518,1	532,2	601,3	586,7	541,6	614,1	743,6	548,6	517,0	540,9	550,0	667,3	712,4
IPI	3.181,7	3.504,3	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9	3.585,8	3.862,8	3.637,8	3.755,0	4.115,0
IPI - Fumo	281,2	268,3	299,8	302,1	323,8	310,2	347,6	371,2	263,2	331,4	262,1	304,8	286,3
IPI - Bebidas	190,2	176,7	191,8	230,2	216,3	242,1	276,0	188,5	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2
IPI - Automóveis	442,6	529,6	589,3	560,1	601,9	656,9	651,4	484,5	603,4	628,1	586,3	593,8	587,3
IPI - Vinculado a importação	959,8	1.059,7	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0	1.062,1	1.002,4	1.044,3	1.029,4	1.098,3
IPI - Outros	1.307,9	1.470,0	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.358,6	1.459,7	1.695,9	1.522,6	1.599,3	1.906,9
IOF	2.171,8	2.291,3	2.200,5	2.274,9	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4	1.991,5	2.802,1	2.669,7	2.810,3	2.833,9
Imposto de Importação	1.804,5	1.982,3	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8	2.121,0	1.904,2	2.164,8	2.062,3	2.188,8
Outros	6,1	8,7	327,6	61,5	46,3	48,5	9,9	10,0	10,2	10,2	9,3	13,4	15,5
I.1.1.2. Contribuições	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5
COFINS	11.203,9	11.508,6	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4	12.518,6	12.677,3	12.643,8	13.192,2	13.398,6
CPMF	16,1	8,7	8,5	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2
CSLL	4.678,3	3.302,1	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.020,5	3.359,6	4.229,8	5.238,1	3.165,5	3.370,4	11.660,3
CIDE-Combustíveis	682,0	700,0	683,0	703,7	677,6	660,9	727,2	674,2	662,6	883,7	796,3	774,6	774,6
Pis/Pasep	2.960,7	2.988,0	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5	3.287,0	3.394,8	3.425,4	3.482,4	3.545,4
Salário Educação	862,1	883,9	931,0	898,5	921,7	940,1	1.695,3	996,9	977,1	960,6	981,0	1.010,5	1.010,1
Outras	297,7	374,9	524,2	446,7	357,7	461,7	526,2	337,7	415,1	448,3	390,1	570,2	357,2
I.1.1.3. Demais	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.461,8
CPSS <sup>1</sup>	831,0	829,3	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1	867,7	857,0	864,7	885,0	881,9
Cota parte de compensações financeiras	3.670,1	1.087,7	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8	1.222,6	4.616,0	1.414,5	1.475,5	5.001,9
Diretamente arrecadadas	1.960,9	1.955,4	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4	2.223,7	4.819,4	2.324,1	2.244,6	2.775,7
Concessões	54,0	14,9	16,6	15,5	14,2	593,9	256,1	9,7	15,6	11,4	1.071,9	346,4	55,7
Dividendos	934,2	6.795,1	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1	1.616,3	2.245,9	2.570,6	2.302,8	1.511,6
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	976,4	738,7	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0	795,0	1.317,3	243,4	1.213,2	6.902,6	-765,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>	<b>17.920,1</b>	<b>30.523,7</b>	<b>17.115,8</b>	<b>17.777,6</b>	<b>18.020,2</b>	<b>18.546,2</b>	<b>19.039,8</b>	<b>19.612,1</b>	<b>19.756,1</b>
Urbana	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0
Rural	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>	<b>130,4</b>	<b>482,3</b>	<b>109,6</b>	<b>217,8</b>	<b>222,1</b>	<b>222,6</b>	<b>234,1</b>	<b>204,1</b>	<b>215,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>	<b>12.638,8</b>	<b>16.713,8</b>	<b>15.553,2</b>	<b>15.851,2</b>	<b>10.475,2</b>	<b>14.397,7</b>	<b>16.281,9</b>	<b>13.984,7</b>	<b>12.340,1</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>2</sup>	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1
II.4. Demais	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4
II.4.1. Salário Educação	522,3	517,3	530,3	558,7	539,1	553,0	440,5	1.140,4	598,4	586,1	577,0	588,2	606,3
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	832,2	2.085,6	816,1	836,0	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8	1.071,5	791,3	2.767,3	1.044,0	961,3
II.4.3. Fundef/Fundeb	0,0	443,1	478,6	478,6	478,6	478,6	2.001,0	8,3	501,5	1.586,2	501,5	1.047,6	512,7
II.4.4. Outras	10,0	11,2	18,0	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



**TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Jul/2010	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2011
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>59.221,3</b>	<b>53.802,9</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.540,5</b>	<b>57.423,8</b>	<b>66.683,7</b>	<b>61.394,8</b>	<b>48.594,2</b>	<b>54.080,7</b>	<b>59.411,4</b>	<b>55.153,1</b>	<b>59.093,4</b>	<b>66.614,1</b>
<b>I.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>	<b>14.974,2</b>	<b>18.724,0</b>	<b>15.718,7</b>	<b>13.519,1</b>	<b>13.770,0</b>	<b>16.392,2</b>	<b>13.868,7</b>	<b>13.768,9</b>	<b>17.350,5</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	175,1	113,6	142,7	109,2	161,2	162,0	86,8	76,9	125,3	3.167,8	778,9	276,1	302,0
<b>I.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>	<b>22.344,6</b>	<b>27.048,9</b>	<b>20.137,7</b>	<b>21.093,2</b>	<b>21.155,7</b>	<b>24.275,6</b>	<b>21.459,6</b>	<b>21.515,9</b>	<b>21.840,9</b>
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	278,4	231,4	356,2	266,3	275,0	277,1	174,7	143,4	219,5	2.514,9	234,8	322,4	292,1
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	76,0	67,1	85,0	74,3	80,4	76,2	49,8	40,2	62,2	706,6	66,2	90,8	82,3
<b>I.3. Custeio e Capital</b>	<b>23.683,8</b>	<b>17.765,9</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.473,0</b>	<b>19.717,1</b>	<b>20.441,7</b>	<b>25.215,2</b>	<b>13.520,5</b>	<b>18.725,3</b>	<b>18.283,2</b>	<b>19.361,0</b>	<b>23.327,1</b>	<b>26.954,8</b>
I.3.1. Despesa do FAT	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	168,5	1.970,3	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.365,2
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3
Equalização de custeio agropecuário	5,8	5,1	4,3	448,6	0,0	0,0	30,1	0,0	178,4	138,4	3,1	93,1	45,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4</sup>	1,0	-13,5	0,3	0,1	0,2	0,9	23,2	0,0	0,0	0,1	6,2	-12,4	22,7
Política de preços agrícolas	124,6	91,4	185,7	181,7	62,5	-154,9	101,9	-347,6	39,0	-63,6	60,7	109,3	244,8
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	27,7	0,0	0,5	0,3	0,0	11,7	1,9
Equalização Aquisições do Governo Federal	33,1	11,1	23,4	80,9	-38,1	-203,1	-73,8	-347,6	-91,4	-63,9	-69,3	57,6	84,9
Garantia à Sustentação de Preços	91,2	80,0	162,0	100,6	100,6	48,2	148,0	0,0	130,0	0,0	130,0	40,0	158,0
Pronaf	15,3	31,7	21,5	107,0	-358,8	10,9	943,7	5,2	39,3	163,1	122,6	314,1	564,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	15,2	15,2	2,2	110,4	2,3	0,0	934,5	0,0	8,1	161,4	117,1	291,0	542,6
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	0,1	16,5	19,3	-3,4	-361,2	10,9	9,2	5,2	31,3	1,7	5,5	23,2	22,3
Proex	-36,5	-11,1	29,8	66,9	0,7	-29,3	111,7	-36,3	26,0	1,4	30,1	9,7	25,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	63,8	1,5	39,7	17,9	1,4	28,6	49,3	1,7	46,7	24,0	0,7	59,2	29,0
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	-100,3	-12,6	-9,8	49,0	-0,7	-57,8	62,4	-38,1	-20,7	-22,6	29,4	-49,5	-3,8
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6</sup>	67,8	0,0	15,9	93,9	40,8	13,9	108,2	38,5	172,1	6,4	15,7	126,4	64,8
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA <sup>5</sup>	34,6	7,7	53,2	41,8	49,2	12,1	9,7	22,2	33,2	25,6	18,9	19,4	36,8
Funcafé	0,3	0,7	1,8	2,5	2,4	5,6	15,9	3,6	12,2	5,2	6,4	0,8	0,6
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)							0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	429,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5</sup>	-3,1	-5,2	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8	-2,0	-1,4	-0,9	-1,4	-1,2	-2,1	-3,4
Capitalização à Emgea	0,0	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	311,2	627,7	299,9	373,3	369,1	373,3	383,2	363,9
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>7</sup>	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	42.927,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.732,1	14.431,2	17.739,7	15.920,4
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	40,8	44,0	42,1	35,0	33,8	43,0	39,9	32,3	42,6	77,3	738,1	1.416,5	44,8
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	557,5	587,9	627,8	564,6	553,5	734,4	512,1	505,9	561,3	572,1	610,3	596,1	569,2
Legislativo	92,1	103,3	78,9	92,0	97,8	158,8	105,0	89,5	95,8	105,2	114,6	111,3	103,8
Judiciário	465,4	484,5	549,0	472,6	455,7	575,6	407,1	416,4	465,5	466,9	495,7	484,9	465,4
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	837,9	818,5	612,5	567,9	1.034,7	740,8	1.166,5	315,1	329,4	354,7	505,2	351,5	371,4
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.624,9	1.291,4	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9	2.948,9	519,1	1.993,3	2.097,3	2.243,6	2.394,0	2.672,4
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	123,8	104,6	87,9	187,2	486,0	569,3	142,2	116,4	84,8	110,4	121,0	137,9	136,8
I.3.5.6. Discricionárias	12.897,1	9.346,3	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4	14.411,6	8.447,2	10.453,5	10.520,3	10.213,0	12.843,6	12.125,7
<b>I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>	<b>105,8</b>	<b>139,4</b>	<b>88,9</b>	<b>196,1</b>	<b>197,0</b>	<b>185,8</b>	<b>203,1</b>	<b>165,3</b>	<b>185,5</b>
<b>I.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>	<b>282,1</b>	<b>329,6</b>	<b>234,3</b>	<b>265,3</b>	<b>232,7</b>	<b>274,6</b>	<b>260,7</b>	<b>316,2</b>	<b>282,3</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4
RMV <sup>7</sup>	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

<sup>5</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>6</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

<sup>7</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.



**TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL \***

R\$ milhões

	Jul/2010	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2011
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>62.136,1</b>	<b>73.263,8</b>	<b>73.289,8</b>	<b>67.718,2</b>	<b>80.502,3</b>	<b>108.491,5</b>	<b>60.929,8</b>	<b>85.175,1</b>	<b>73.618,1</b>	<b>80.507,7</b>	<b>87.599,8</b>	<b>77.869,6</b>	<b>82.379,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8	2.284,2	1.837,6	1.297,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9
I.5 - Receita do Salário Educação	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>71.999,1</b>	<b>87.370,1</b>	<b>64.938,1</b>	<b>71.387,8</b>	<b>86.341,4</b>	<b>80.653,6</b>	<b>105.092,1</b>	<b>80.356,4</b>	<b>76.138,9</b>	<b>80.627,5</b>	<b>88.489,8</b>	<b>83.495,7</b>	<b>94.114,2</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>11.936,3</b>	<b>15.004,4</b>	<b>13.036,2</b>	<b>15.414,3</b>	<b>16.410,9</b>	<b>19.513,1</b>	<b>21.910,2</b>	<b>19.941,0</b>	<b>13.611,2</b>	<b>17.998,4</b>	<b>19.704,7</b>	<b>16.869,8</b>	<b>15.827,0</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.753,0	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	650,0	1.137,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>60.062,8</b>	<b>72.365,7</b>	<b>51.901,9</b>	<b>55.973,5</b>	<b>69.930,4</b>	<b>61.140,5</b>	<b>83.182,0</b>	<b>60.415,4</b>	<b>62.527,7</b>	<b>62.629,1</b>	<b>68.785,1</b>	<b>66.625,9</b>	<b>78.287,3</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.184,1	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.290,5	14.628,0	15.839,0	17.906,6	14.847,3	18.336,7	14.972,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.103,4	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,8
i) Dívida Contratual Interna	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4
ii) Dívida Contratual Externa	2.001,6	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.462,1	21.408,7	21.190,7	21.673,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	14.412,9	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.788,1	18.273,6	19.678,8	18.439,5	23.060,8	23.155,1	21.050,2
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-9.863,0</b>	<b>-14.106,3</b>	<b>8.351,7</b>	<b>-3.669,6</b>	<b>-5.839,1</b>	<b>27.837,9</b>	<b>-44.162,3</b>	<b>4.818,7</b>	<b>-2.520,8</b>	<b>-119,8</b>	<b>-889,9</b>	<b>-5.626,2</b>	<b>-11.735,1</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>41.348,4</b>	<b>47.784,6</b>	<b>35.096,9</b>	<b>47.304,3</b>	<b>20.936,5</b>	<b>23.959,7</b>	<b>37.397,4</b>	<b>33.760,5</b>	<b>38.238,5</b>	<b>49.525,2</b>	<b>39.214,5</b>	<b>38.019,8</b>	<b>38.671,5</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0	1.398,5	1.639,4	1.246,4	1.095,8
<b>V. DESPESAS</b>	<b>46.687,0</b>	<b>35.197,1</b>	<b>36.140,3</b>	<b>42.237,3</b>	<b>5.699,1</b>	<b>14.036,8</b>	<b>96.816,4</b>	<b>1.091,4</b>	<b>26.283,3</b>	<b>22.785,7</b>	<b>37.333,0</b>	<b>16.631,9</b>	<b>103.979,0</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.551,0	22.085,7	35.819,0	16.222,8	101.822,9
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6
V.1.2 - Dívida Contratual	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,6	236,2	237,7	244,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.047,3	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.156,1
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)</b>	<b>-4.116,0</b>	<b>13.135,1</b>	<b>310,4</b>	<b>8.495,5</b>	<b>16.701,6</b>	<b>9.952,4</b>	<b>-57.636,3</b>	<b>31.054,2</b>	<b>11.535,2</b>	<b>26.276,5</b>	<b>1.992,3</b>	<b>20.788,3</b>	<b>-64.003,0</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>	<b>2.394,7</b>	<b>2.557,6</b>	<b>9.860,0</b>	<b>-4.387,0</b>	<b>-6.664,3</b>	<b>-14.449,8</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-20.462,7</b>	<b>-13.083,6</b>	<b>31.272,6</b>	<b>4.621,1</b>	<b>10.348,5</b>	<b>41.662,1</b>	<b>-115.529,2</b>	<b>39.882,4</b>	<b>11.991,9</b>	<b>36.479,7</b>	<b>-3.395,4</b>	<b>9.097,4</b>	<b>-91.492,4</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.



TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \*

R\$ milhões

	Jul/2010	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2011
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>29.765,8</b>	<b>6.638,7</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>3.680,0</b>	<b>3.901,2</b>	<b>36.052,1</b>	<b>5.394,7</b>	<b>30.431,4</b>	<b>9.869,3</b>	<b>9.519,9</b>	<b>8.335,7</b>	<b>36.014,6</b>
I.1. Emissão de Títulos	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>35.027,0</b>	<b>18.203,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.729,8</b>	<b>0,0</b>	<b>48.000,0</b>	<b>3.000,0</b>	<b>27.873,8</b>	<b>9,4</b>	<b>13.906,9</b>	<b>15.000,0</b>	<b>50.464,4</b>
II.1. Resgate de Títulos	27.277,0	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0
II.2. Encargos da DPMF	7.750,0	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>	<b>2.394,7</b>	<b>2.557,6</b>	<b>9.860,0</b>	<b>-4.387,0</b>	<b>-6.664,3</b>	<b>-14.449,8</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.



**TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/10	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>817.622,1</b>	<b>827.005,7</b>	<b>798.941,5</b>	<b>801.837,8</b>	<b>814.042,8</b>	<b>820.224,8</b>	<b>825.378,0</b>	<b>835.141,9</b>	<b>832.936,1</b>	<b>829.439,2</b>	<b>839.082,5</b>	<b>842.873,7</b>	<b>845.431,2</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>	<b>2.274.147,0</b>	<b>2.301.553,3</b>	<b>2.354.545,6</b>	<b>2.364.576,2</b>	<b>2.424.800,6</b>	<b>2.343.666,6</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>\1</sup>	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1
DPMFi em Poder do Banco Central	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4
Demais Obrigações Internas	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.701,7</b>	<b>1.400.963,1</b>	<b>1.439.005,1</b>	<b>1.468.617,2</b>	<b>1.525.106,5</b>	<b>1.525.493,6</b>	<b>1.581.926,9</b>	<b>1.498.235,4</b>
Disponibilidades Internas	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.399,8
Haveres junto aos Governos Regionais	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7
Haveres da Administração Indireta	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.337,5	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.452,9
Haveres Administrados pela STN	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>91.915,1</b>	<b>93.168,9</b>	<b>91.501,1</b>	<b>91.954,7</b>	<b>91.184,1</b>	<b>89.790,1</b>	<b>86.213,9</b>	<b>85.490,6</b>	<b>83.232,0</b>	<b>81.278,1</b>	<b>80.796,6</b>	<b>75.677,8</b>	<b>74.274,8</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>	<b>85.788,8</b>	<b>83.534,8</b>	<b>81.600,8</b>	<b>81.075,8</b>	<b>75.972,7</b>	<b>74.639,0</b>
Dívida Mobiliária	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5
Dívida Contratual	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>	<b>298,2</b>	<b>302,8</b>	<b>322,7</b>	<b>279,2</b>	<b>294,9</b>	<b>364,2</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)</b>	<b>909.537,2</b>	<b>920.174,6</b>	<b>890.442,7</b>	<b>893.792,5</b>	<b>905.226,9</b>	<b>910.014,9</b>	<b>911.592,0</b>	<b>920.632,5</b>	<b>916.168,1</b>	<b>910.717,3</b>	<b>919.879,1</b>	<b>918.551,5</b>	<b>919.706,0</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB<sup>\2</sup></b>	<b>26,2%</b>	<b>26,2%</b>	<b>25,0%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,5%</b>	<b>24,2%</b>	<b>23,9%</b>	<b>23,9%</b>	<b>23,6%</b>	<b>23,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

\2 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



**TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/10	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>	<b>2.274.147,0</b>	<b>2.301.553,3</b>	<b>2.354.545,6</b>	<b>2.364.576,2</b>	<b>2.424.800,6</b>	<b>2.343.666,6</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.509.118,2</b>	<b>1.524.605,6</b>	<b>1.534.404,6</b>	<b>1.552.721,6</b>	<b>1.574.922,4</b>	<b>1.603.940,0</b>	<b>1.542.502,8</b>	<b>1.585.996,0</b>	<b>1.611.512,8</b>	<b>1.653.078,6</b>	<b>1.665.211,9</b>	<b>1.729.461,2</b>	<b>1.659.807,1</b>
LFT	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0
LTN	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2
NTN-B	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9
NTN-C	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1
NTN-F	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2
Dívida Securitizada	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8
Demais Títulos em Poder do Público	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>677.226,9</b>	<b>668.964,3</b>	<b>684.898,5</b>	<b>691.074,0</b>	<b>694.817,2</b>	<b>703.203,0</b>	<b>698.962,5</b>	<b>704.500,4</b>	<b>706.365,1</b>	<b>718.842,1</b>	<b>717.204,2</b>	<b>713.645,6</b>	<b>701.172,6</b>
LFT	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4
LTN	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-25.469,7</b>	<b>-24.510,4</b>	<b>-23.820,3</b>	<b>-24.136,5</b>	<b>-23.749,5</b>	<b>-23.266,3</b>	<b>-28.839,3</b>	<b>-29.660,1</b>	<b>-29.456,7</b>	<b>-30.218,7</b>	<b>-30.324,8</b>	<b>-30.508,3</b>	<b>-29.250,4</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>15.345,9</b>	<b>15.097,6</b>	<b>14.837,2</b>	<b>14.598,4</b>	<b>14.361,2</b>	<b>14.049,7</b>	<b>13.715,1</b>	<b>13.310,7</b>	<b>13.132,1</b>	<b>12.843,6</b>	<b>12.484,9</b>	<b>12.202,1</b>	<b>11.937,4</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>	<b>85.788,8</b>	<b>83.534,8</b>	<b>81.600,8</b>	<b>81.075,8</b>	<b>75.972,7</b>	<b>74.639,0</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>71.695,2</b>	<b>73.009,0</b>	<b>72.090,9</b>	<b>72.609,5</b>	<b>72.023,8</b>	<b>69.393,7</b>	<b>66.058,5</b>	<b>65.689,0</b>	<b>63.981,6</b>	<b>62.612,6</b>	<b>62.111,3</b>	<b>61.866,6</b>	<b>60.603,5</b>
Euro	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1
Global US\$	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9
Global BRL	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2
Demais Títulos Externos	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>20.562,0</b>	<b>20.493,7</b>	<b>19.672,8</b>	<b>19.599,6</b>	<b>19.405,6</b>	<b>20.703,0</b>	<b>20.433,4</b>	<b>20.099,8</b>	<b>19.553,3</b>	<b>18.988,2</b>	<b>18.964,5</b>	<b>14.106,1</b>	<b>14.035,6</b>
Organismos Multilaterais	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7
<b>III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>2.268.478,5</b>	<b>2.277.659,7</b>	<b>2.302.083,8</b>	<b>2.326.466,5</b>	<b>2.351.780,7</b>	<b>2.388.023,1</b>	<b>2.312.833,0</b>	<b>2.359.935,8</b>	<b>2.385.088,1</b>	<b>2.436.146,5</b>	<b>2.445.651,9</b>	<b>2.500.773,3</b>	<b>2.418.305,7</b>
<b>DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>12</sup></b>	<b>65,3%</b>	<b>64,8%</b>	<b>64,7%</b>	<b>64,5%</b>	<b>64,4%</b>	<b>65,0%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,9%</b>	<b>63,1%</b>	<b>63,9%</b>	<b>63,5%</b>	<b>64,3%</b>	<b>61,6%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>12</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



**TABELA A8 - HAVERES DO TESOIRO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/10	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/11
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.701,7</b>	<b>1.400.963,1</b>	<b>1.439.005,1</b>	<b>1.468.617,2</b>	<b>1.525.106,5</b>	<b>1.525.493,6</b>	<b>1.581.926,9</b>	<b>1.498.235,4</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>341.917,6</b>	<b>337.652,0</b>	<b>360.935,7</b>	<b>374.088,7</b>	<b>380.558,8</b>	<b>405.214,1</b>	<b>323.187,3</b>	<b>356.749,4</b>	<b>378.930,0</b>	<b>432.057,2</b>	<b>424.830,3</b>	<b>449.146,5</b>	<b>364.399,8</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>454.157,0</b>	<b>453.071,2</b>	<b>457.075,3</b>	<b>461.812,1</b>	<b>465.282,6</b>	<b>471.705,5</b>	<b>472.794,4</b>	<b>475.634,8</b>	<b>479.273,0</b>	<b>481.784,8</b>	<b>482.685,5</b>	<b>482.259,8</b>	<b>481.916,7</b>
Bônus Renegociados	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.606,2
Antecipação de Royalties	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>225.710,9</b>	<b>228.566,1</b>	<b>231.334,5</b>	<b>233.609,3</b>	<b>237.126,3</b>	<b>235.337,5</b>	<b>238.931,9</b>	<b>240.067,1</b>	<b>241.669,9</b>	<b>243.159,1</b>	<b>245.738,6</b>	<b>247.982,7</b>	<b>248.452,9</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3
Fundos Constitucionais Regionais	55.206,1	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	58.247,9	58.617,7	59.413,1	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.465,0
Fundos Diversos	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>336.813,5</b>	<b>337.862,0</b>	<b>362.033,1</b>	<b>362.909,6</b>	<b>363.340,8</b>	<b>365.444,6</b>	<b>366.049,6</b>	<b>366.553,8</b>	<b>368.744,3</b>	<b>368.105,4</b>	<b>372.239,2</b>	<b>402.537,9</b>	<b>403.466,1</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1
Haveres de Operações Estruturadas	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9
Haveres Originários de Privatizações	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8
Haveres de Legislação Específica	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1
Demais Haveres Administrados pela STN	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>	<b>298,2</b>	<b>302,8</b>	<b>322,7</b>	<b>279,2</b>	<b>294,9</b>	<b>364,2</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2
<b>III. HAVERES DO TESOIRO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.358.941,2</b>	<b>1.357.485,1</b>	<b>1.411.641,1</b>	<b>1.432.674,0</b>	<b>1.446.553,8</b>	<b>1.478.008,3</b>	<b>1.401.241,0</b>	<b>1.439.303,3</b>	<b>1.468.920,0</b>	<b>1.525.429,2</b>	<b>1.525.772,8</b>	<b>1.582.221,8</b>	<b>1.498.599,6</b>
<b>HAVERES DO TESOIRO NACIONAL/PIB<sup>11</sup></b>	<b>39,1%</b>	<b>38,6%</b>	<b>39,7%</b>	<b>39,7%</b>	<b>39,6%</b>	<b>40,2%</b>	<b>37,7%</b>	<b>38,4%</b>	<b>38,9%</b>	<b>40,0%</b>	<b>39,6%</b>	<b>40,7%</b>	<b>38,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>11</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JULHO 2011/2010 \*

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	32.360,0	5.724,7	5.659,1	11.386,4	17.045,5	207.035,0	19.523,7	4.985,1	4.966,4	33.716,9	38.683,4
Senado Federal	60.063,0	15.238,5	1.911,9	1.911,5	4.299,1	6.210,7	57.216,5	5.362,8	1.835,0	1.800,6	17.255,3	19.055,9
Tribunal de Contas da União	59.523,7	32.769,9	2.831,6	2.819,2	21.050,6	23.869,8	51.115,2	16.202,4	1.459,7	1.459,7	29.732,7	31.192,4
Supremo Tribunal Federal	61.290,1	6.858,7	1.615,6	1.612,4	7.838,2	9.450,6	57.928,3	5.383,1	2.045,1	2.039,1	16.219,3	18.258,4
Superior Tribunal de Justiça	19.949,9	4.455,9	4.116,8	4.099,9	15.648,8	19.748,7	26.210,4	1.888,0	843,6	843,6	2.142,6	2.986,2
Justiça Federal	364.506,3	503.671,3	295.289,3	295.148,9	98.635,8	393.784,7	308.978,5	387.180,2	343.427,1	343.157,2	134.671,0	477.828,2
Justiça Militar	9.484,0	3.605,3	635,9	630,8	3.898,9	4.529,7	12.292,0	1.414,5	561,5	559,1	2.826,9	3.386,0
Justiça Eleitoral	450.944,4	158.929,3	44.912,3	34.954,7	200.646,5	235.601,1	242.038,0	22.932,4	5.847,3	5.001,0	132.339,7	137.340,7
Justiça do Trabalho	189.482,7	54.195,1	20.966,4	17.067,9	77.271,3	94.339,2	278.489,9	86.861,7	17.386,6	17.178,9	101.961,0	119.139,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	47.836,2	5.827,8	4.080,8	3.280,0	23.576,6	26.856,6	73.587,0	20.215,5	4.634,3	3.934,5	19.809,1	23.743,7
Conselho Nacional de Justiça	46.253,0	4.878,2	2.749,4	2.747,7	35.683,4	38.431,1	70.173,2	11.115,2	5.253,6	5.253,6	47.013,3	52.266,8
Presidência da República <sup>3</sup>	1.965.183,6	626.110,7	123.864,6	121.856,7	364.507,8	486.364,5	1.564.552,2	181.995,2	48.130,6	47.842,0	446.749,7	494.591,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	819.103,8	89.929,2	56.437,0	55.249,3	248.076,2	303.325,6	187.480,2	4.224,9	364,9	362,5	239.561,5	239.924,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.560.232,8	677.386,2	42.696,6	26.012,9	254.027,4	280.040,3	1.212.294,4	59.949,0	20.839,2	2.866,0	438.747,5	441.613,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.917.160,8	728.143,5	255.888,1	203.015,2	288.464,9	491.480,2	1.293.503,2	372.681,5	158.360,2	114.527,4	409.251,9	523.779,4
Ministério da Fazenda	1.051.425,3	52.115,5	15.458,7	15.147,5	166.082,5	181.230,0	1.547.460,2	431.712,0	158.573,8	155.425,2	524.432,6	679.857,8
Ministério da Educação	7.182.904,5	2.697.310,5	849.553,0	779.000,0	2.569.525,0	3.348.524,9	9.229.377,5	3.269.983,8	738.830,6	695.253,5	3.352.062,4	4.047.315,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	29.276,1	2.918,0	2.846,5	13.002,0	15.848,4	67.405,3	5.822,8	1.894,5	1.662,8	13.610,1	15.272,9
Ministério da Justiça	1.285.721,1	214.055,6	65.975,7	62.048,4	284.090,3	346.138,8	1.503.553,8	64.975,1	37.778,6	37.196,7	287.016,1	324.212,8
Ministério de Minas e Energia	185.803,9	16.560,8	5.617,3	4.775,2	20.627,4	25.402,6	205.136,1	11.872,1	2.116,7	1.930,7	26.456,9	28.387,6
Ministério da Previdência Social	186.063,7	41.344,8	14.050,4	12.838,7	204.233,0	217.071,7	165.722,4	17.739,1	3.063,3	2.113,8	131.075,3	133.189,1
Ministério Público da União	161.553,1	13.802,6	3.287,8	3.251,7	75.279,6	78.531,2	298.841,0	28.010,3	9.779,9	9.740,6	106.521,3	116.262,0
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	16.021,4	14.695,0	14.695,0	3.003,2	17.698,2	66.965,0	5.804,3	5.074,1	5.072,9	1.248,5	6.321,4
Ministério da Saúde	4.702.061,7	1.585.737,1	307.013,7	304.840,1	1.131.970,7	1.436.810,8	4.944.560,3	768.194,3	192.699,2	190.038,3	1.239.090,5	1.429.128,8
Ministério do Trabalho e Emprego	44.422,3	3.923,0	1.113,6	1.109,3	24.200,5	25.309,8	93.560,6	9.976,5	1.159,5	1.159,0	16.156,4	17.315,4
Ministério dos Transportes	16.385.545,4	7.660.952,7	2.171.788,0	1.793.417,8	4.378.793,1	6.172.211,0	17.443.071,1	7.933.038,8	1.762.744,8	1.560.561,8	5.301.253,0	6.861.814,8
Ministério das Comunicações	46.941,4	11.813,0	1.557,1	1.557,1	10.526,4	12.083,5	348.751,4	55.798,1	760,3	448,5	132.497,5	132.945,9
Ministério da Cultura	450.417,3	118.316,3	19.359,8	19.204,7	51.170,2	70.374,9	559.202,7	14.652,5	2.044,2	2.020,4	61.051,9	63.072,3
Ministério do Meio Ambiente	109.337,2	13.497,1	1.987,4	1.720,2	25.770,1	27.490,3	295.774,4	11.796,2	5.664,0	5.370,8	82.970,5	88.341,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.878.372,4	879.887,6	300.716,5	295.414,6	355.476,5	650.891,1	1.986.100,9	316.306,2	71.446,8	71.446,8	285.016,9	356.463,7
Ministério do Esporte	1.353.415,3	485.414,8	2.714,8	2.714,8	175.136,0	177.850,8	1.441.920,3	11.659,9	2.550,2	2.550,2	80.540,7	83.090,9
Ministério da Defesa	9.615.737,5	4.172.973,7	2.244.706,9	2.195.172,4	1.715.016,6	3.910.189,0	6.784.259,7	3.266.607,0	979.754,2	958.931,6	2.895.396,7	3.854.328,2
Ministério da Integração Nacional	7.302.042,9	3.252.561,5	979.965,2	910.504,4	1.620.225,9	2.530.730,3	4.926.395,0	877.800,5	443.416,5	431.947,1	1.056.005,8	1.487.952,9
Ministério do Turismo	3.215.866,8	1.422.281,3	23.171,2	23.171,2	410.505,9	433.677,2	2.644.014,8	31.856,3	664,9	664,5	276.931,3	277.595,8
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	361.255,8	193.743,9	112.912,1	112.356,3	61.538,0	173.894,3	215.741,0	88.263,9	53.785,7	53.785,7	81.582,0	135.367,7
Ministério das Cidades	8.210.494,0	3.178.367,0	930.001,8	927.261,4	1.889.243,7	2.816.505,1	7.618.808,1	1.422.650,4	201.772,0	201.676,1	1.518.218,6	1.719.894,7
Ministério da Pesca e Agricultura	465.301,0	80.907,1	16.579,3	15.962,8	28.960,6	44.923,4	286.369,5	17.159,9	108,6	108,6	48.930,1	49.038,7
Conselho Nacional do Ministério Público	465.301,0	948,0	12,8	12,8	-	12,8	62.986,3	68,3	36,4	36,4	854,0	890,3
<b>TOTAL</b>	<b>72.868.445,0</b>	<b>29.086.170,9</b>	<b>8.948.877,0</b>	<b>8.275.089,0</b>	<b>16.869.389,1</b>	<b>25.144.478,1</b>	<b>68.378.871,4</b>	<b>19.858.678,5</b>	<b>5.291.692,3</b>	<b>4.940.933,4</b>	<b>19.590.917,5</b>	<b>24.531.850,9</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União



# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 7 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**JULHO / 2011**

### Comentários

Em julho de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de - 14,9 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.337.971,4 (mil), ante R\$ 8.626.049,1 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Jul/2011 Jun/2011	Jul/2011 Jul/2010	Jan-Jul/2011 Jan-Jul/2010
FPM	3.517.376,6	2.586.462,5	22.923.524,4	4.411.047,9	3.752.371,9	30.008.942,2	-14,9%	45,1%	30,9%
FPE	3.361.048,6	2.471.508,4	21.904.700,1	4.215.001,2	3.585.599,6	28.675.210,3	-14,9%	45,1%	30,9%
IPI-Exp	244.727,1	260.558,5	1.576.358,4	276.501,2	271.733,1	1.931.840,6	-1,7%	4,3%	22,6%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JULHO	- 31 %	- 14,9 %	- 31 %	- 14,9 %	- 17 %	- 1,7 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+14 %	- 13 %	+16 %
IPI - EXP	+16 %	+6 %	+ 7 %



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2011 a 20/07/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUN/3º DEC	1.846.988	7.756.594	9.603.582	JUL/1º DEC	1.651.816	1.728.645	147.759	<b>3.528.220</b>
JUL/1º DEC	602.282	1.766.418	2.368.700	JUL/2º DEC	407.416	426.366	48.183	<b>881.965</b>
JUL/2º DEC	947.394	7.926.834	8.874.228	JUL/3º DEC	1.526.367	1.597.361	75.792	<b>3.199.520</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.396.664</b>	<b>17.449.846</b>	<b>20.846.509</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.585.600</b>	<b>3.752.372</b>	<b>271.733</b>	<b>7.609.704</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Na arrecadação bruta encontram-se incluídas receitas do IR no valor de R\$ 155.456 mil e de IPI no valor de R\$ 12.803 mil, decorrentes da classificação dos Depósitos Judiciais regidos pela Lei nº 9.703/1998, recolhidos nos códigos 7525 e 7961, no período entre o segundo decêndio de novembro de 2010 e o terceiro decêndio de junho de 2011, os repasses constitucionais correspondentes ocorreram em 27/07/2011;
- Na arrecadação bruta informada acima estão incluídas receitas de IR no valor de R\$ 1.950.171 mil e de IPI no valor de R\$ 436.380 mil, decorrentes de por classificação por estimativa efetuada pela Receita Federal do Brasil com fulcro na Portaria MF nº 232 de 20/05/2009, cujo crédito aos beneficiários das transferências constitucionais ocorreu em 28/07/2011. A referida classificação teve como base base valores arrecadados no período de abr/2011 a jun/2011 discriminadas no quadro abaixo:

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	18.655,3	122.663,4	33,4
ALAGOAS	AL	89.403,0	149.164,5	425,2
AMAZONAS	AM	55.563,1	100.052,6	2.800,3
AMAPÁ	AP	13.375,6	122.340,7	306,0
BAHIA	BA	344.440,5	336.910,1	16.472,2
CEARÁ	CE	195.925,2	263.071,9	2.164,7
DISTRITO FEDERAL	DF	6.330,4	24.747,8	343,5
ESPÍRITO SANTO	ES	64.561,5	53.784,0	13.294,2
GOIÁS	GO	136.981,6	101.942,2	4.479,7
MARANHÃO	MA	156.207,2	258.815,7	2.768,2
MINAS GERAIS	MG	491.742,9	159.720,5	35.611,1
MATO GROSSO DO SUL	MS	57.160,2	47.760,2	3.429,1
MATO GROSSO	MT	68.511,0	82.752,1	3.929,8
PARÁ	PA	136.642,2	219.151,8	12.138,0
PARAÍBA	PB	121.300,3	171.710,8	418,7
PERNAMBUCO	PE	188.352,5	247.413,5	1.695,2
PIAUÍ	PI	95.600,6	154.948,1	88,3
PARANÁ	PR	253.120,7	103.380,0	22.399,8
RIO DE JANEIRO	RJ	110.173,1	54.777,2	48.217,5
RIO GRANDE DO NORTE	RN	94.587,1	149.802,8	357,1
RONDÔNIA	RO	33.061,3	100.956,1	468,0
RORAIMA	RR	11.621,6	88.948,0	23,5
RIO GRANDE DO SUL	RS	254.265,6	84.433,7	29.734,9
SANTA CATARINA	SC	146.127,3	45.888,5	15.545,3
SERGIPE	SE	54.610,8	148.992,4	91,5
SÃO PAULO	SP	500.694,9	35.856,0	54.346,6
TOCANTINS	TO	53.356,1	155.615,0	151,1
<b>TOTAL</b>		<b>3.752.371,9</b>	<b>3.585.599,6</b>	<b>271.733,1</b>

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)